



0019

**MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2015**  
**PROCESSO Nº 133/2015**

**1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

Contratação de uma empresa para contratação de uma empresa para a o fornecimento calhas e mão de obra para as Escolas Municipais Ângelo Darolt e Fernando Pessoa, lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

**2 – SOLICITANTE(S):**

Secretaria Municipal de Educação.

**3 - RAZÕES DA DISPENSA:**

Valor inferior a 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23 da Lei Federal nº 8.666/93.

**4 – FUNDAMENTO LEGAL:**

Inciso II, do Artigo 24, da Lei 8.666/93

**– CONTRATADA**

CNPJ/MF: 21.665.307/0001-81

Endereço: Rua Santa Mônica, S/Nº - Parque Independência –  
85884-000 Medianeira – PR.

**6 – PREÇO TOTAL:** R\$ 6.925,00 (Seis mil, novecentos e vinte e cinco reais).

**7- PRAZO:** Parcela única Imediato

**8 - VIGÊNCIA:** 30 dias (Trintas) dias.

**9 – JUSTIFICATIVA DO FORNECEDOR E PREÇO:**

Melhor proposta conforme orçamentos em anexo.

**10 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

08.02.1236100082.031000 – 3.3.90.39-2990 – 107

08.02.1236100082.033000 - 3.3.90.30-599 – 102

  
**Alencar Luis Colussi**  
Presidente CPL

**Maria Jaquelina Steinbach**  
Membro

  
**Jacinto Fontanella**  
Membro



0023

**MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**JUSTIFICATIVAS**

**CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O(a) Presidente da Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Medianeira/PR., mediante autorização da Sr<sup>a</sup>. Clair Terezinha Rugeri Secretária Municipal de Educação, instaura o presente processo de dispensa de licitação, com vistas à contratação de uma empresa para o fornecimento calhas e mão de obra para as Escolas Municipais Ângelo Darolt e Fernando Pessoa, lotados na Secretaria Municipal de Educação, com fundamento na Lei 8.666/93, tendo em vista que o valor da contratação é inferior ao previsto no inciso II do art. 24 da mencionada Lei.

Cumprе ressaltar que a contratação deve seguir os critérios dos contratos administrativos, nos termos da proposta que oferecer preços compatíveis com os praticados no mercado.

**1 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Fundamentado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, não há necessidade de instauração de um processo licitatório para a contratação dos respectivos serviços.

Utilizando-se dos critérios abaixo, justificamos que o ato, encontra-se constituído, nos termos da legislação vigente:

**Lei nº 8.666/93**

***Artigo 24. É dispensável a licitação:***

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).*

Face ao embasamento doutrinário a dispensa em tela é praticável, haja visto ser o preço inferior ao previsto no inciso II, do Artigo 24, da Lei 8.666/93.

**2 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

Em face da necessidade de continuidade na prestação de serviços públicos, é necessário e urgente, o contínuo aperfeiçoamento dos quadros de pessoal respectivos, cuja eficiência/eficácia na prestação requer o aperfeiçoamento e motivação constantes.